

Quando a academia fala “pretuguês”: epistemologias forjadas nos marcos da experiência colonial

Carolina Gonçalves Alves

UERJ Rio de Janeiro

Palavras-chave

Escrita acadêmica; Poder; Colonialidade.

Introdução

“O lixo vai falar, e numa boa.”

(Lélia Gonzalez)

Durante o processo de elaboração da tese, que trata do apagamento histórico da negritude da pianista e compositora Chiquinha Gonzaga, uma reflexão muito fundamental se impunha. O que define a escrita acadêmica? Sobre quais parâmetros ela se estrutura? Nesse artigo, tento de maneira preliminar refletir sobre essas questões, considerando as particularidades da produção acadêmica feminina e negra. Alguns desses questionamentos me atravessaram quando eu refletia sobre as dificuldades vividas no processo de escrita para o texto da qualificação. Naquele momento, me acompanhavam muitas inseguranças sobre a abordagem do tema e mais ainda sobre como sustentar o argumento que me leva a pensar na escrita como um exercício de poder que violenta experiências e vozes dissonantes. Essa dissonância inclui pensar a escrita feminina, negra, lésbica, indígena, amefricana¹ e tantas outras que resultam de experiências de sujeitos historicamente subalternizados. Na ocasião, escrevi um pequeno trecho, ainda muito intuitivo, que me ajudava dar os primeiros passos em direção às reflexões sobre essas violências. Em um subcapítulo da tese intitulado “Por uma escrita preta”, eu reivindicava um jeito de escrever que não se pensa apartado da escrita científica, mas que pode ser parte dela. Esse jeito de pensar, conectado com as demandas da vida, prevê uma honestidade intelectual que deixa à mostra os caminhos da pesquisa e os processos de escrita. Essa escrita, que num primeiro momento eu chamava de preta, previa tornar

¹ Conceito cunhado por Lélia Gonzalez (1984) para dimensionar as experiências partilhadas por negras e negros africanos e seus descendentes na diáspora.

Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

visíveis todas as grades que aprisionam determinadas formas de se expressar através da escrita.

Reivindicar uma escrita preta é se conectar com o conceito de "escrevivência", de Conceição Evaristo, e pensar um modelo de produção intelectual que não se desvencilha do "corpo-mulher-negra em vivência". Guiada por esse conceito, me proponho a discutir a experiência da escrita acadêmica negra, uma escrita criativa de "carne e sangue", conectada com a vida e profundamente marcada pela subjetividade do pesquisador, pois "não existe separação entre vida e escrita." (Anzaldúa, p. 233)

Grada Kilomba (2019) denuncia que a escrita acadêmica da mulher negra é, em geral, lida como subjetiva e excessivamente emocional.

Erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial. Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecida/o como alguém que possui conhecimento? E quem não é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens? (KILOMBA, 2019, p. 50)

O que chamamos de escrita emocional? Que tipo de escrita não é marcada pela subjetividade? O processo de produção do texto da tese foi marcado por duras perdas na minha vida pessoal: a morte da minha mãe e da minha vó. A alegria de entrar no doutorado foi inundada por um sentimento imenso de desânimo e o percurso de disciplinas e de escrita da tese se tornaram pesados demais. Foram três anos me equilibrando em corda bamba para não deixar furos no trabalho, nem no curso de doutorado. Muita energia foi dispendida para não me deixar cair, quando o que eu mais precisava era poder viver um tempo de luto.

Um dia desses aprendi que o tempo é um orixá chamado Iroko. Desde então, tenho refletido sobre ele. Quando a pandemia começou, bradamos aos quatro ventos que teríamos mais tempo. Fizemos promessas de "aproveitar" os momentos em casa. Em geral, analisando a minha experiência e a de colegas, sobretudo a de mulheres, observo o quanto fomos devastadas e desgastadas² por esse momento que o mundo vive. Estamos

² Dados preliminares apontados por pesquisa realizada pelo grupo *Parents in Science* informam que 40% das mulheres sem filhos deixaram de concluir seus artigos contra 20% dos homens. Quando olhamos os casos de mulheres e homens com filhos a disparidade aumenta: 52% das mulheres não concluíram seus artigos contra 38% dos homens. Para saber mais sobre o impacto da pandemia na produção acadêmica feminina ver: <https://www.parentinscience.com/>.

Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

exaustas! O exercício contínuo de auto reflexão, a impossibilidade de se conectar com os nossos afetos, as demandas insanas do trabalho remoto, os cuidados com a casa e com os filhos, além dos descaminhos da política nacional, tornaram esse tempo muito cansativo. Manter a sanidade já nos ocupa bastante. Portanto, precisamos nos perdoar e nos se livrar da culpa de não fazer. Um caminho que encontrei para de seguir produtiva nesse contexto foi trazer essas reflexões para a tese.

Tudo isso me faz voltar às reflexões sobre o tempo. A sociedade ocidental, assim como fez com tudo, capitalizou o tempo. "Tempo é dinheiro! Pensar o tempo como dinheiro é pensar produtividade. É uma marca da modernidade, o controle minucioso do tempo (FOUCAULT, 1987). Num contexto de pandemia, se torna urgente repensar essa relação. O tempo do luto, por exemplo, subverte a lógica do capital, pois é diferente pra cada um de nós. Quando perdi minha mãe, lembro que tive direito a uma semana de licença no trabalho. Uma semana pra viver o luto, como consta na lei. A vida contemporânea não dá lugar para o luto. As instituições nos cobram prazos. Em momento algum me passou pela cabeça desistir do doutorado. Eu só precisava de um tempo, de uma pausa. A dor privada vivida em silêncio é solitária e adocedora.

Demorei a me perdoar e a entender que esse não era o tempo que eu emocionalmente precisava. Vivi um luto intenso durante três anos. Isso é incompreensível pra essa sociedade. E nós, de tão imersos que estamos nela, somos estimulados a nos medicar e a acreditar nas pílulas que curam. Buscamos um jeito de nos livrar do sofrimento. Foi lendo Sobonfu Somé que aprendi um pouco mais sobre o tempo do luto. E qual é o tempo certo do luto? O tempo da dor abrandar, o tempo em que ela deixa de arder feito fogo dentro do peito. O ocidente não respeita o tempo do sofrer. O corpo produtivo tem que estar apto para o trabalho. O quanto antes! Sobonfu³ narra sua surpresa ao notar que uma colega, nos EUA, se trancava no banheiro pra chorar. No ocidente a dor é um problema individual. Vivemos em tempos de privatização da dor. E pensar a privatização da dor é também pensar nas demandas de medicalização da vida. Essas reflexões me levam de volta ao debate sobre o tempo e sobre Iroko. Pensar o tempo como um orixá é criar uma nova episteme, um jeito novo de ler o mundo que contraria os marcos civilizatórios ocidentais.

Em janeiro de 2019, quando tirei férias no trabalho para escrever, não saía nada.

³ Ver: *Aceitar a dor. Quando banhar-se em lágrimas cura as feridas mais profundas*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/aceitar-a-dor-quando-banhar-se-em-lagrimas-cura-as-feridas-mais-profundas-por-aline-matos-rocha/>.

Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

Passei os 20 dias encarando a folha em branco. Como é possível que alguém que vive da escrita tenha um bloqueio às vésperas da qualificação? Eu sou a única passar por isso? Como os intelectuais lidam com bloqueios de escrita? Como é possível argumentar e refletir sobre aquilo que eu só conhecia intuitivamente? Não é confortável fazer esse debate que me leva a pensar em questões emocionais profundas e que, de maneira geral, são relegadas à categoria de não científicas. No entanto, se eu reivindico aquilo que muito intuitivamente eu chamava de uma escrita preta, conectada com as subjetividades, era preciso falar sobre isso. Quando me lembrei do “pretuguês” de Lélia compreendi que eu não precisava de uma nova categoria para me referir aquilo que intuitivamente eu chamava de escrita preta. Nesses caminhos tortuosos e difíceis do processo de escrita, encontrar Lélia foi um afago. Mas antes de falar do “pretuguês” de Lélia é fundamental discutir porque o pertencimento de gênero, territorial, étnico e racial precisa ser considerado um elemento importante nos processos de escrita. Para tanto, me parece não ser possível fugir de um debate sobre as múltiplas camadas de violência colonial, tentando compreender os longos processos históricos de espoliação que nos acompanham até aqui.

Colonialidade, modernidade e poder

Para refletir sobre as questões que atravessam as experiências acadêmicas negras é importante fazer um debate que inclui observar o tripé: modernidade, colonialidade e poder. Sou levada a concordar com a crítica de Quijano (2009) aos teóricos da modernidade que não consideraram, ou pouco mencionaram, em suas reflexões sobre o desenvolvimento do capitalismo, as violências do colonialismo europeu. O intelectual cunhou o conceito de “colonialidade do poder”, com o objetivo pensar uma estrutura que se mantém mesmo após a queda formal do poder colonial. Nesse sentido, é fundamental não ignorar a colonialidade como marca da modernidade e a colonização, portanto, como um projeto político de destruição do “outro” colonizado (latino-americano, indígena, negro). A partir dessa reflexão, Quijano informa que não há modernidade sem colonialidade. Ao mesmo tempo em que não há colonialidade sem raça. Alguns teóricos tem partido desse pressuposto em suas análises sobre o mundo contemporâneo, considerando a importância de não perder o fio que amarra historicamente esses processos de subjugação do outro e de internalização dessa inferiorização pelos sujeitos subalternizados. (FANON, 1956.) A colonialidade instaurou novas identidades sociais e construiu o “outro” por meio da dominação colonial, não sendo possível desconsiderar a Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

correlação de forças que estruturam esse sistema de violento, longínquo e duradouro. (QUINJANO, 2005)

Oyěwùmí (2004) também analisa as relações entre modernidade e colonização. A socióloga nigeriana discute o contexto de desenvolvimento do capitalismo industrial sem ignorar a escravidão e a colonização europeia na África, Ásia e América Latina. É nesse contexto que se consolida a expansão da Europa e o estabelecimento de uma hegemonia cultural euro-americana em todo o mundo. “Um dos efeitos desse eurocentrismo é a racialização do conhecimento: a Europa é representada como fonte de conhecimento, e os europeus, como conhecedores.” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 1) Diante disso, é fundamental não perder de vista que as Ciências Sociais se constituem nesse contexto de avanço do imperialismo europeu. Portanto, pensar decolonialidade é rever também os modelos de produção de conhecimento eurocentrados.

Quijano (2009) ainda aponta as limitações do pensamento marxista ao declarar a insuficiência do conceito de classe elaborado por Marx. Isso porque no capitalismo coexistem diversas formas de exploração/dominação e não é possível reduzir as relações de exploração ao mundo do trabalho. A contradição identificada por Marx entre donos dos meios de produção e proletários não explica todas as demais formas de dominação que se impõe com o avanço do capitalismo. Associar modernidade e colonialidade consiste em trazer para o debate a experiência de pessoas escravizadas, mulheres, indígenas, camponeses, amefricanos, africanos etc., sendo, portanto, inviável relegar a segundo plano as relações de dominação colonial. Não é possível compreender exploração apenas pela perspectiva econômica, pois existem elementos não econômicos (gênero, raça, idade, território) que também sustentam relações de dominação. Davis (2016) ao recuperar a história colonial também identifica que as relações de poder não podem ser observadas exclusivamente pelas opressões que se dão no mundo do trabalho. Elas devem ser consideradas, portanto, em uma perspectiva interseccional, que parte do pressuposto do entrecruzamento dessas múltiplas camadas de estruturam a dominação.

Falando “pretuguês” em alto e bom som

Comprendemos, portanto, que é fundamental remontar à história da colonização para pensar a perpetuação de relações de poder que atravessam as experiências negras até os dias atuais. Alice Walker (1972) ao mencionar as violências da escravidão, lembra que muitas mulheres negras transformaram suas experiências em música por não saberem Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

escrever. Essas tantas mulheres esperaram. E esperaram até que aquilo que guardavam pudesse ser dito de alguma forma. Walker provoca a nossa imaginação ao sugerir que se o canto negro feminino tivesse sido proibido, muitas experiências vividas por essas mulheres jamais teriam sido conhecidas.

Ouçã a voz de Bessie Smith, Billie Holiday, Nina Simone, Roberta Flack, e Aretha Franklin, entre outras, e imagine se essas vozes tivessem sido amordaçadas. (...) A agonia vivida por mulheres que poderiam ter sido poetas, romancistas, ensaístas e escritoras, que morreram com seus talentos sufocados dentro delas. [tradução nossa] (WALKER, 1972, p. 403).

Eu escrevo embalada pela música de Chiquinha Gonzaga, pelo canto de Clementina, Jovelina e Dona Ivone Lara. Não sei fazer de outro jeito. Se cantar tivesse sido proibido, gerações de mulheres teriam sido integralmente silenciadas. A imagem da mordação e do sufocamento, acionada por Walker, resgata a dimensão da violência dos projetos políticos coloniais que escravizaram e desumanizaram o povo negro. (DAVIS, 2016). Nesse cenário, a música se tornou uma forma de escrever, de se expressar. Uma escrita musicada, altamente articulada com a realidade, visceral. Esse jeito criativo de escrever, banhado em “sangue, pus e suor” está inscrito em nós. Nosso corpo tem memória! O “pretugês” é musicalidade negra, é dança, é movimento. A partir dele é possível pensar em uma epistemologia suingada, musicada, sem partitura, feita no improviso e no lamento de uma roda de choro ou de blues. O piano de Chiquinha Gonzaga é tocado em alto e bom “pretuguês”, uma escrita musical simples e potente, que desestabiliza o *status quo*. “Para o esnobismo nacional, tinha ela o mau gosto de sentir à brasileira, o imenso pecado de escrever coisas simples que todo mundo sentia e todo mundo compreendia. (DINIZ, 1984).

Os padrões acadêmicos tradicionais não conseguem ouvir essa sonoridade. Portanto,

Joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos. Para alcançar mais pessoas, deve-se evocar as realidades pessoais e sociais — não através da retórica, mas com sangue, pus e suor. (ANDALZÚA, 2000, p. 235)

É preciso recuperar em nós essa escrita musicada, ensinada por nossas avós que mal escreviam, mas cantavam. A musicalidade negra é uma forma legítima se expressar e marca ainda hoje a existência de muitas de nós. Essa escrita conectada com a

Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

experiência do vivido, criativa e musical é menosprezada pelos cânones tradicionais da escrita acadêmica, que em linhas gerais preconizam pela objetividade. Esse desequilíbrio provoca um descompasso entre a forma que tradicionalmente as pessoas negras aprenderam a se expressar e os padrões estabelecidos pela norma culta. Estou tentando argumentar e pensar aqui nas construções históricas, sociais e culturais que nos permitem falar de uma escrita preta. E se isso é possível, é fundamental remontar às violências impostas pela colonização e também às estratégias de resistência articuladas.

É importante lembrar que o que se considera norma culta também é se constitui cultural e historicamente, sendo inventada e renegociada ao longo do tempo. Toda forma de comunicação, bem como todo padrão de escrita são contextuais, ou seja, culturalmente situados. No entanto tem-se como hábito tomar o modelo de escrita formal como universal em detrimento de outras formas de ler, falar ou escrever sobre as experiências vividas.

Talvez se formos à universidade. Talvez se nos tornarmos mulheres-homens ou tão classe média quanto pudermos. Talvez se deixarmos de amar as mulheres sejamos dignas de ter alguma coisa para dizer que valha a pena. Nos convencem que devemos cultivar a arte pela arte. Reverenciarmos o touro sagrado, a forma. Colocarmos molduras e metamolduras ao redor dos escritos. Nos mantermos distantes para ganhar o cobiçado título de “escritora literária” ou “escritora profissional”. Acima de tudo, não sermos simples, diretas ou rápidas. (ANZALDÚA, 2000, p. 230)

Anzaldúa (2000) também discute as múltiplas camadas de violência que acometem a escrita de mulheres negras, indígenas, asiático-americanas, lésbicas, mães, entendendo que cada uma dessas experiências quando somadas tornam o processo de escrita mais doloroso e complexo. De um jeito extremamente afetuoso, Anzaldúa mais do que aponta as dificuldades existentes durante os processos de escrita, ela reconhece e se aproxima das experiências de outras mulheres.

Queridas mulheres de cor, companheiras no escrever. Sento-me aqui, nua ao sol, máquina de escrever sobre as pernas, procurando imaginá-las. Mulher negra, junto a uma escrivãzinha no quinto andar de algum prédio em Nova Iorque. Sentada em uma varanda, no sul do Texas, uma chicana abana os mosquitos e o ar quente, tentando reacender as chamas latentes da escrita. Mulher índia, caminhando para a escola ou trabalho, lamentando a falta de tempo para tecer a escrita em sua vida. Asiático-americana, lésbica, mãe solteira, arrastada em todas as direções por crianças, amante ou ex-marido, e a escrita. Não é fácil escrever esta carta. Começou como um poema, um longo poema. Tentei transformá-la em um ensaio, mas o resultado ficou áspero, frio. Ainda não desaprendi as tolices

esotéricas e pseudo-intelectualizadas que a lavagem cerebral da escola forçou em minha escrita. (ANZALDÚA, 2000, p. 229.)

Nesse trecho Anzaldúa deixa evidente seu incômodo com os processos de lavagem cerebral e castração das escritas plurais em favor da obediência a um modelo de escrita padrão ensinado nas escolas. Além disso, a autora demonstra as violências diversas que uma mulher é submetida quando deseja escrever. Se considerarmos, portanto, a escrita feminina negra, a qual mais especificamente pretendo discutir nesse artigo é fundamental que se compreenda as particularidades desse jeito de comunicar ao mundo para que seja possível “reacender as chamas latentes da escrita”. Quando a mulher negra escreve, ela constrange porque é capaz subverter o lugar que se espera para ela: o de subalternidade. Para as mulheres, de forma geral a passagem pela universidade é uma experiência de violência. No caso das mulheres não brancas, essa violência pode ser mais intensa

Porque os olhos brancos não querem nos conhecer, eles não se preocupam em aprender nossa língua, a língua que nos reflete, a nossa cultura, o nosso espírito. As escolas que freqüentamos, ou não freqüentamos, não nos ensinaram a escrever, nem nos deram a certeza de que estávamos corretas em usar nossa linguagem marcada pela classe e pela etnia. (ANZALDÚA, 2000, p. 229)

A escrita acadêmica impõe um padrão que preconiza pela “objetividade”, que formata e violenta aqueles que porventura não obedecem às normas de escrita estabelecidas. Por padrões normativos entendo mais do que o uso do português formal. A ele eu também questiono, mas não de forma isolada de outros fatores. A questão da subjetividade, sempre tão cara às Ciências Sociais sustentada pela premissa do distanciamento engessa e consolida o hiato que existe entre a academia e a vida. Essa escrita historicamente branca e normativa exclui toda outra possibilidade de leitura posicionada sobre no mundo. É um padrão histórico da branquitude jogar na lata de lixo do mundo tudo aquilo que teme ou desconhece.

Mas se as minhas reflexões sobre o embranquecimento de Chiquinha, através de uma perspectiva decolonial, não incluírem também uma reflexão sobre os padrões normativos de escrita, a proposta de decolonizar seria um engodo. Sem dúvida pensar nos processos de embranquecimento de personagens históricos também inclui pensar na artimanha do branqueamento no detalhe. E do meu ponto de vista, pensar o detalhe inclui, pensar em um elemento primordial da escrita musical de Chiquinha, a simplicidade. Essa música simples, popular, que fazia dançar, que traz o piano para a rua é também uma

Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

inspiração para pensar saberes decoloniais.

Grada Kilomba (2018) fala sobre a experiência do sujeito colonizado, um corpo atravessado por inúmeras violências e que pra se pensar produtivo, num primeiro momento tenta se adaptar à dinâmica estabelecida, mas é com sofrimento que esse enquadramento se realiza. Experimentar o lugar de subalternidade nos coloca num lugar reflexivo importantíssimo. Certa vez, ouvi de uma chefe de trabalho que eu não sabia escrever. Sempre havia sido elogiada pela minha escrita. Ela era algo de que eu me orgulhava. Tão logo deixei esse trabalho passei na seleção de doutorado. Até hoje me pergunto continuamente sobre a crítica feita pela minha antiga chefe. Hoje, não consigo dissociar essa crítica da questão étnico-racial. Naquele momento, eu já trabalhava há alguns anos na empresa e tinha sido aprovada nas provas de seleção para o cargo e não conseguia entender a crítica tardia de uma gestora que anos atrás já tinha me avaliado. Embora houvessem outras pessoas na minha equipe, essa crítica foi direcionada exclusivamente a mim. Na minha trajetória profissional nenhuma crítica foi tão dolorosa quando aquela. Vejam bem, não se trata de uma discordância de conteúdo ou de uma crítica geral sobre o texto. É a pessoa negra que está na mira. A crítica é implacável: “Você não sabe escrever!” Me identifiquei muito quando li o texto em que Hooks cita Anzaldúa e menciona “se você realmente quiser me machucar, fale mal da minha língua.” (HOOKS, 2015, p. 224). É essa a dor experimentada por negros e indígenas em função da colonização. Como enunciar essa dor num mundo em que a língua materna havia sido silenciada? A música foi um dos caminhos encontrados. O blues, o samba, o jazz, o choro são maneiras de expressar esse lamento. O negro escravizado precisou inventar um jeito de comunicar diferente, uma outra língua, na qual fomos todos familiarizados dentro das nossas casas, nos terreiros, nos sambas e batuques. Esse jeito musicado, como menciona Bell Hooks, é mais do que lamento melódico, pois pode ser notado nas escolhas gramaticais que negras e negros faziam na construção do próprio texto musical.

Quando os escravos cantavam “Nobody knows de trouble I see –“, o uso da palavra “nobody” tem um significado mais rico do que se tivessem usado a locução “no one”, pois o lugar concreto do sofrimento era o corpo (body) do escravo. E mesmo quando os negros já emancipados cantavam os *spirituals* eles não mudaram a língua, a estrutura das orações dos nossos ancestrais. Isso porque no uso incorreto das palavras, na colocação incorreta das palavras, havia um espírito de rebelião que tomava posse da língua como local de resistência. (HOOKS, 2015, p. 227)

Toda escrita é posicionada. Mas de que tipo de escrita estamos falando? Para fazer Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

essas reflexões e amadurecê-las foi preciso buscar algumas referências de textos que “fogem de um padrão” de escrita tradicional. Também fui buscar autoras que refletem sobre os atravessamentos que permeiam seus próprios processos de escrita, o que inclui pensar inclusive nas emoções que nos acometem quando escrevermos. Foi nessa busca incansável por outras formas de escrever que encontrei os debates sobre o “pretugês” de Lélia Gonzalez. Lélia menciona que “O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo.” Pensar nisso é fundamental, visto que a escrita também é um registro de subjetividade e pertencimento. Ao discutir as representações da mulher negra como mãe preta, doméstica e mulata, Lélia nos apresenta um universo de opressões que marcam a vivência das mulheres negras. Das pretas se espera tudo, menos que escrevam! Portanto, é fundamental resistir e articular formas de transgredir a essa lógica reivindicando uma escrita em “pretugês”.

Demonstrando desinteresse no exercício “de qualquer tipo de ginástica teórica, imparcial e descomprometida”, Abdias Nascimento (2016) nos provoca a produzir fora das fórmulas acadêmicas convencionais. Quais as contribuições das experiências intelectuais negras às produções hegemônicas e sua contribuição na constituição de novas epistemologias? Vivemos um momento de contestação das narrativas eurocentradas. Essa virada epistemológica revela uma trama de poder e saber, capaz de intensificar a produção de trabalhos que revisitam a história com o objetivo de reescrevê-la a partir de personagens que foram lidos historicamente como “os outros”.

Lavelle Porter (2019) analisa o gênero *academic novels*⁴ produzidos por autores negros nos Estados Unidos. Em sua pesquisa sobre as representações da experiência intelectual negra nas *academic novels*, ressalta a importância da literatura como um espaço para que escritores negros possam produzir contranarrativas sobre suas vivências nas universidades. Porter discorre sobre os discursos racistas que acometem intelectuais negros e sobre a violência imposta aos professores por supremacistas brancos, nos Estados Unidos. Nas mídias sociais, grupos organizados promovem o descrédito de professores negros, destruindo as carreiras que eles não conseguem ver como legítimas. Porter também discute as formas que intelectuais negros desafiam a supremacia branca, construindo suas trajetórias acadêmicas e estimulando o debate sobre quais os perfis podem de fato ser incluídos na experiência universitária. (PORTER, 2019, p. 6) As

⁴ *Academic novel* ou *campus novel* são romances ficcionais ambientados em um campus universitários. O gênero é muito comum nos Estados Unidos.

Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

academic novels escritas por autores negros se propõe a discutir a experiência acadêmica negra, a partir das perspectivas de professores ou alunos, tão negligenciadas pelos autores que se dedicam ao gênero. Ao defender que a vida acadêmica negra importa (*blackademic lives matter*⁵), Porter sinaliza que é fundamental observar, como as experiências universitárias são vivenciadas por professores e alunos negros. “The history of black scholarship is a history of independent black intellectuals working on the margins of an academy that was often hostile toward and dismissive of their work.” (PORTER, 2019, p.7) Essa hostilidade, historicamente constituída, marca a experiência de negros e negras na academia.

The biopolitical history of America is one in which the black body is solely a material resource for White wealth extraction. In Thomas Jefferson’s infamous Query XIV in *Notes on the State of Virginia* he argued that blacks were essentially born to be beasts of burden, that they didn’t suffer in the heat, that they had animalistic sexual appetites, and that even if one of them, like the poet Phillis Wheatley, managed to become literate an attempt to write, at best her work could achieve only cheap imitation and never reach the intellectual accomplishment of imaginative literature. When black bodies were shipped to the Americas as part of a massive project of capitalist profiteering, the enslaved were not considered persons at all but raw material in this enterprise. The university was also part of that capitalist economy, and Craig Steven Wilder’s sobering 2015 book *Ebony and Ivy: Race, Slavery and the Troubled History of America’s Universities* has shown the extent to which universities in their early years were funded by the transatlantic slave trade and functioned as the ideological wing of a racial capitalist enterprise. (PORTER, 2019, p. 8)

A experiência negra na universidade é marcada por um histórico de violência. Essa violência, a partir da qual diversas áreas de conhecimento, sobretudo as Ciências Sociais foram constituídas, tem um impacto sobre vivências negras que não pode ser desconsiderado. A escrita de uma mulher negra tem particularidades. Este não é o lugar que costumeiramente a sociedade reserva pra ela. “A mulher negra, ela pode cantar, ela pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever é uma coisa... é um exercício que a elite julga que só ela tem esse direito.”⁶

O conceito de “identidade metafísica” de Steve Biko nos remete à necessidade de pensar um processo de construção identitária, que não seja constituído nos marcos da colonialidade e seu projeto violento de coisificação do negro, de negação de sua humanidade. Uma escrita que se propõe preta se reinventa a partir da compreensão da

⁵ *Blackademic* é resultado da junção das palavras *black* e a *academic* em inglês.

⁶ Conceição Evaristo. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-e-literatura-por-helena-theodoro/>>

Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

desumanização e se conecta com uma necessidade de superá-la. Uma escrita preta só é possível quando o negro toma posse da humanidade negada nos longos processos de violência, “opressão, desprezo e escárnio” (BIKO, 1990, p.34). As Ciências Sociais, surgidas no bojo da expansão colonial, refletem o negro como “o outro”, o lugar da alteridade é não branco. Historicamente homens e mulheres negros foram retratados como “os outros”. O lugar da “outridade” tem sido ocupado por sujeitos não brancos e não ocidentais. Essa perspectiva sobre o negro inundou as Ciências Sociais que durante muito tempo não foram capazes de se pensar a partir desse lugar de poder. Compreender esse processo é fundamental.

Quanto tempo faz que eles contam a nossa história?/ Quanto tempo faz que eles constroem a nossa memória?/ Eu vim pra contar que tão certo como o agora/ eu estarei nas linhas que contam a nossa vitória/ Estudam o meu povo/ Acha tudo isso exótico/ Viver na minha pele, tu não quer/ e fica óbvio/ Seu fetiche com a pobreza,/ isso que me assusta/ Não vê que reproduz tudo aquilo que acusa no outro? (...) Angela Davis já dizia:/ “Não basta só discurso, tem que ser antirracista”/ Vou falando ponto a ponto e depois desse encontro/ eu não aceito mais desculpa que você não sabia/ A minha escritivência transcende a sua teoria/O que tá no seu caderno/ Eu vivo no dia a dia/ representatividade/ é nós por nós/ e ninguém vai falar por mim/ eu tenho a minha voz/ E se a minha voz em algum momento falhar/ Posso te garantir/ tem muita preta pra falar/ Então, deixa que eu conto/ A minha história/ Eu me represento/ Eu recebo minhas glórias/ aprendo com as minhas/ E tão certo como agora/ Eu estarei nas linhas que contam a nossa vitória. (Bia Ferreira)

Reflico aqui sobre as implicações de escrever em “pretuguês”. Abdias Nascimento (2016) ao falar da recusa de um texto seu no Festival Mundial de Artes e Culturas Negras Africanas, realizado em 1977, se defende da crítica que atacava sua escrita pelo fato dela não ser acadêmica.⁷ Nascimento posiciona seu trabalho diante das exigências do rigor científico, que não se enquadra, no entanto, num “jogo escolástico vazio” e estéril que afoga a criatividade. Pesquisas estéreis têm vista curta, pois veem os negros em sua versão imobilizada de objetos, desumanizados, “múmias de laboratório” e não abandonam um universo conceitual marcado pelo eurocentrismo e que nem sempre contribui para refletir sobre as experiências negras no mundo. (NASCIMENTO, 2016). A tentativa de desletigimação de modelos de escrita marcados pela subjetividade do pesquisador

⁷ No prólogo *A História de uma rejeição* do livro *O Genocídio do Negro Brasileiro: o processo de um racismo mascarado*, Abdias Nascimento narra a recusa de um trabalho seu que seria apresentado em uma conferência pública durante o Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras Africanas, realizado em Lagos, Nigéria em 1977.

Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

(KILOMBA, 2019; NASCIMENTO, 2016; EVANS-PRITCHARD, 2005) é recorrente no mundo acadêmico, em especial se essa escrita for fruto de reflexões elaboradas por intelectuais negros. Abdias Nascimento (2016) reivindica a não neutralidade intelectual, sob a acusação de que se o fizesse, estaria traindo e distorcendo aquilo que é e representa.

O ensaio que desenvolverei nas páginas a seguir não se molda nas fórmulas convencionalmente prescritas para trabalhos acadêmicos e\ou contribuições científicas. Nem está o autor deste interessado no exercício de qualquer tipo de ginástica teórica, imparcial e descomprometida. Não posso e não me interessa transcender a mim mesmo, como habitualmente os cientistas sociais declaram supostamente fazer em relação às suas investigações. Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada. Somente da minha própria experiência e situação no grupo étnico-cultural a que pertencço, interagindo no contexto global da sociedade brasileira, é que posso surpreender a realidade que condiciona o meu ser e o define. Situação que me envolve qual um cinturão histórico de onde não posso escapar conscientemente sem praticar mentira, a traição, ou a distorção da minha personalidade. (NASCIMENTO, 2016)

A escrita é para os negros, sobretudo para as mulheres negras um lugar de experimentação da violência, mas pode ser também um símbolo da resistência. Escrever é romper com uma lógica de desumanização e inferiorização. São muito comuns os casos de pessoas negras que não se sentem à vontade para escrever ou que encontram dificuldade para publicar seus textos. O debate sobre o espaço para autoras e autores negros no mercado editorial envolve outras variáveis, é bastante complexo e por isso não serão objeto de reflexão nesse momento. O que importa aqui é pensar que para escrever é preciso romper um conjunto de forças que se impõe como barreiras à escrita acadêmica negra. Como propõe Lélia, há que recusar a “reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais.” (GONZALEZ, 1984, p.225) Há que se garantir espaço para o florescimento de outras epistemologias, de outras formas de escrever e fazer Ciências Sociais. Há que se construir espaço para um novo modelo de escrita, forjado nos marcos da experiência colonial. Há que se reivindicar um protagonismo historicamente negado, a escrita em primeira pessoa. A escrita negra feminina precisa romper com os estereótipos de que a “mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta.” (GONZALEZ, 1984, p. 226). “O lixo vai falar, e numa boa.” (GONZALEZ, 1984, p. 225).

A imprensa, o cinema e a literatura ajudaram a consolidar em nosso imaginário uma representação de escritor. Sentado em sua máquina ou computador, solitário, o escritor parece não se dedicar a nada além de escrever. Em geral, ele é um homem e na

maioria das vezes um homem branco que escreve em um ambiente silencioso. Atrás dele, uma extensa biblioteca com livros que ele pode facilmente consultar em qualquer momento. O escritor dedica horas diárias para escrever e não se preocupa com nada além do seu trabalho.

Se observarmos os cenários em que se dá a escrita feminina, sobretudo em contextos de pandemia, bem se sabe que essa “paz” não se cumpre. Há que se encontrar mecanismos para não deixar de escrever e para fazê-lo é fundamental compreender o que nos move nos processos de escrita. Escrever com mais pessoas na casa, escrever na ida para o trabalho no ônibus, escrever assim que se coloca o bebê pra dormir, escrever com tiroteio a sua porta. São muito distintas as realidades nos “roubam” o tempo de escrever. Alice Walker (1972) menciona Virgínia Woolf e seus processos de escrita. A autora inglesa associa a escrita feminina a ter um quarto onde possa se acomodar e dinheiro suficiente para se sustentar. Isso para a maioria das mulheres é irreal. Que mulheres, que sujeitos negros, que pessoas periféricas gozam desse ambiente de “paz” para escrever? Anzaldúa fala dos percalços da escrita feminina e os torna evidentes em seu texto mencionando momentos de procrastinação, cansaço, ressaca, auto suborno e desordem.

Queridas mulheres de cor, me sinto pesada e cansada e há um barulho em minha cabeça – muitas cervejas ontem à noite. Mas preciso acabar com esta carta. Meu suborno: me levar para comer pizza. Então corto e colo e cubro o chão com meus pedaços de papel. Minha vida espalhada em pedaços pelo chão, e eu, contra o tempo, tentando colocar nisto alguma ordem, preparando-me mentalmente com café descafeinado, tentando preencher os vazios. (ANZALDÚA, 2000, p. 233-234)

Em seus textos Lélia também contaria um determinado “padrão” de escrita que se manifesta no uso de verbos e expressões coloquiais como: “sacar”, “crioulada”, “mancada”, “trepar”, “tesão” e “dar uma volta”, por exemplo. (GONZALEZ, 1984) Essa linguagem simples identifica um tipo de escrita, uma escrita que pode ser facilmente compreendida por todos. Para falar das violências que acometem as mulheres negras, Lélia recorre a frases que estão no imaginário popular e que podem ser acionadas como símbolo de sua hipersexualização: “Olha aquele grupo do carro alegórico, ali. Que coxas, rapaz”, “Veja aquela passista que vem vindo; que bunda, meu Deus! Olha como ela mexe a barriguinha. Vai ser gostosa assim lá em casa, tesão” ou “Elas me deixam louco, bicho”. O uso de expressões populares ajuda a compreender como a hipersexualização se manifesta nos cotidianos, mas quando esses termos são empregados em um texto

acadêmico, eles podem causar certo estranhamento ao leitor mais acostumado com os padrões de escrita formais.

O uso deboche como recurso também é uma marca de sua escrita.: “Cabe de novo perguntar: como é que a gente chegou a este estado de coisas, com abolição e tudo em cima? Quem responde pra gente é um branco muito importante (pois é cientista social, uai) chamado Caio Prado Junior.” (GONZALEZ, 1984, 231) A escrita de Lélia reflete uma nova construção epistemológica sobre a condição do negro no Brasil presente até mesmo em sua forma de se expressar academicamente. Lélia escrevia num registro próximo do que para Anzaldúa, considerando a experiência das comunidade de origem mexicana nos Estados Unidos, é “uma língua com a qual eles possam conectar sua identidade, capaz de comunicar as realidades e valores verdadeiros para eles mesmos – uma língua com termos que não são nem espanhol ni inglês, mas ambos. Nós falamos um patoá, uma língua bifurcada, uma variação de duas línguas'.” (ANZALDÚA, 2009, p. 307). Pensando a experiência dos negros brasileiros Lélia dizia que nós falamos em “pretuguês”. Portanto todas a tentativas de enquadramento da escrita negra num outro registro, mais formal, ou tradicional, podem se tornar extremamente pesadas e violentas. A escrita também se constitui em meio a um intenso processo de negociações, que pode incluir ou excluir de acordo com o que e quem deseja enunciar. É o que deixa evidente Bell Hooks em suas reflexões sobre a relação entre língua e dominação.

O mais difícil foi integrar o vernáculo negro na escrita, particularmente para periódicos acadêmicos. Quando comecei a incorporar o vernáculo negro em ensaios críticos, os editores me devolviam o artigo reescrito em inglês padrão. O uso do vernáculo significa que a tradução para o inglês padrão pode ser necessária caso queira atingir um público mais amplo. (HOOKS, 2017, p. 229)

Becker (2015) discute o fato de que muitos estudantes e pesquisadores consideram que escrever academicamente é “escrever com classe”⁸. Isso só é verdade se por classe tomarmos o conceito de classe social marxista pois toda de escrita registra um marcador de classe. Em geral um padrão é lido como superior através da exclusão de outras formas

⁸ Becker (2015) conta sobre o trabalho de copidesque feito no capítulo da tese de uma aluna. Ao limpar do texto as redundâncias e os floreios acadêmicos, considerou que a aluna aprovaria, mas ela demonstrou certo descontentamento com o trabalho realizado. Ao contar a história Becker associa o descontentamento da aluna ao fato dela considerar que depois de revisado o texto “perdeu a classe”. Para a aluna, um texto com classe é um texto escrito com palavras difíceis usadas para impressionar o leitor. Quanto mais difícil o texto, mais acadêmico ele parecia ser. Um copidesque que simplificava a apresentação das ideias até pode, na percepção da aluna, ter deixado o texto claro. No entanto, ele ficou sem classe.

Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

de escrita. Esse padrão lido como universal e neutro, nada mais é do que fruto de um complexo de movimento de disputas e articulação entre diferentes estilos e padrões normativos estabelecidos. “As faculdades e universidades, apresentando-se como comunidades de intelectuais que debatem assuntos de interesse comum com liberdade e imparcialidade, não são o que dizem ser.” (BECKER, 2015, p.35) Portanto esse véu que encobre a escrita acadêmica como neutra, imparcial e objetiva não é senão um mito. Todo conhecimento é um conhecimento situado.

Conclusão

Essas reflexões revelam uma articulação que não pode ser desconsiderada entre escrita, poder e saber. Evidenciar essa trama é o que nos permitirá transpô-la através da intensificação de uma produção acadêmica que se pretende mais inclusiva, diversa e plural. A escrita não é patrimônio da branquitude. Esse padrão tradicional é inventado e, portanto, nada tem de universal ou neutro. Nesse sentido, é fundamental repensar o que nos motiva a escrever.

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. (...) Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. (ANZALDÚA, 2000, p. 232)

Anzaldúa fala da escrita como atrevimento, como algo capaz de incomodar, subverter e desobedecer. Essas leituras desconcertantes também pra mim, tem sido a maior fonte de inspiração na escrita da tese. Foram tantos anos tentando castrar a minha escrita a partir de estruturas que não eram minhas, que tem sido bonito, ainda que por vezes doloroso, fazer o caminho de volta. Esse não é o caminho mais fácil. Eu podia simplesmente escrever a tese ignorando o assunto. Mas tudo o que tenho lido sobre as epistemologias das bordas, das beiradas, das encruzilhadas me estimulam a fazer o contrário e a trazer para o texto da tese uma reflexão sobre escrita e decolonialidade, Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

pensando na potência da escrita como um território de assujeitamento. Estamos aprendendo a falar. (HOOKS, 2013). Foi assim que consegui transpor os bloqueios que me atormentavam, me reconectando comigo mesma e com essa escrita musicada que eu aprendi dentro de casa. Aos poucos vou compreendendo porque escrevo. E você? Escreve porquê? E pra quem?

Referências Bibliográficas

- ANZALDÚA, G. "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo" (trad. Édna de Marco). Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.
- ANZALDÚA, Glória. Como domar uma língua selvagem. Cadernos de Letras da UFF, Dossiê: Difusão da Língua Portuguesa, n. 39, p. 297-305. Rio de Janeiro, 2009.
- BECKER, Howard S. Truques da Escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Editora Jorge Zahar, 2015.
- BIKO, Steve. Escrevo o que EU quero. São Paulo: Ática, 1990.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DINIZ, Edinha. Chiquinha Gonzaga: uma história de vida. Rio de Janeiro: Codecri, 1984.
- DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo (1915-1930). Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 3, p. 563-599, 2002. v. 24. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid> Acesso em: 28/12/08.
- ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. edição resumida e introdução Eva Gillies; tradução Eduardo Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FANON, Frantz. Racismo e Cultura. Texto da intervenção de Frantz Fanon no Primeiro Congresso dos Escritores e Artistas Negros em Paris, em setembro de 1956. Publicado no número especial de Présence Africaine, de junho-novembro de 1956.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. Brasil afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. In: MARCELINA, Elaine. Mulheres Incríveis. Belo Horizonte: Nandyala: 2016.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.
- Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: Primavera para Rosas Negras: Lélia González em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Uma questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). Tempo soc. São Paulo, v. 13, n. 2, p. 121-142, nov. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702001000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 fev. 2020.

HALL, S. Cultura e representação. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HOOKS, Bell. A língua: ensinando novos mundos/novas palavras. In: Ensinando a transgredir: a educação com prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MATA, I. Estudos pós-coloniais: Desconstruindo genealogias eurocêtricas. Civitas, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 27-42, jan.-abr. 2014.

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 3ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 23 Fev. 2019.

PORTER, Lavelle. The Blackademick Life: academic fiction, higher education and the black intellectual. Northwestern University Press, Evasnton, Illinois, 2019.

Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). Epistemologias do Sul. 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005a, pp.118-142.

SAID, E. Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Mozart Linhares da. População-sacer e democracia racial no Brasil. Revista Sociedade e Estado, v. 32, n. 3, p. 593-620, set./dez. 2017.

Walker, Alice. "In Search of Our Mothers' Gardens: (1972)." In: Within the Circle: An Anthology of African American Literary Criticism from the Harlem Renaissance to the Present, edited by Angelyn Mitchell, Duke University Press, Durham; London, 1994, pp. 401–409. JSTOR, www.jstor.org/stable/j.ctv1134fjj.34. Accessed 25 Oct. 2020.